

# A CRISE NA FUNAI

## O diretor, pressionado pelos índios, admite até renunciar



"O pedido dos índios será levado em conta", respondeu o diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai, coronel Ivan Zanoni Hausen, admitindo que poderá vir a pedir demissão do cargo em atendimento à proposta de que deixe o órgão tutor dos índios, apresentada por mais de 30 índios de 15 nações indígenas de várias regiões do País. Essa proposta seria reapresentada várias vezes na manhã de ontem, na sede da autarquia, em Brasília. Os índios pediram sua saída, ainda, ao diretor do Departamento Geral de Operações, coronel José Roberto Godinho. E só não o fizeram ao próprio presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, porque ele não estava no prédio, o edifício do Ministério do Interior, no Setor de Autarquias Sul, assim como outros funcionários que caíram nas mãos graças dos índios.

Em nome da Funai, o coronel Ivan Zanoni declarou reconhecer o cacique Mário Juruna como tal, ou seja, como cacique, negando que antes tivesse desmentido essa condição, de chefe representante dos Xavante, de Mato Grosso. Reconheceu a União das Nações Indígenas, entidade de âmbito nacional, criada pelos índios há nove dias, em uma assembleia realizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Admitiu que 15 índios de seis nações indígenas não sejam mandados de volta para seus locais de origem, continuando seus estudos em Brasília, onde moram em um abrigo mantido pela Funai na Casa do Ceará. Mas não conseguiu que os índios parassem de solicitar sua saída e a de outros dirigentes da Funai, pedindo uma audiência com Nobre da Veiga, para comunicarlhe a decisão, o que fariam à tarde.

### OS ÍNDIOS SE UNEM

A decisão dos índios fora tomada na véspera, em uma reunião realizada na Casa do Ceará. No abrigo mantido pela Funai, os Xavantes, a frente Mário Juruna, gravador sempre à mão, conversaram domingo pela manhã durante mais de duas horas, com seis Terena, três Tuxá, dois Karajá, um Bakairi, um Bororô e um Xavante, índios-estudantes em Brasília, mas um Kanela que aguarda vaga e emprego para poder estudar, todos moradores em dois quartos no abrigo, e outros índios, Tyrió, Jamináua, Krahô e Munduruku, alguns pela primeira vez na Capital Federal. Em pauta, estiveram os problemas dos índios de todo o País, além das nações indígenas representadas, em uma reunião da Unind, o que equivale a dizer sem a participação de não-índios.

Diante dos repórteres, solicitados por eles a comparecer à sede da Funai, desde as primeiras horas da manhã, os índios deram cumprimento à decisão de solicitar a substituição dos dirigentes da Funai.

Um a um, todos seus grupos expuseram suas razões ao diretor do DGPC, depois de o fazerem ao diretor do DGO. Nos dois gabinetes, no corredor da sala da presidência da Funai e, finalmente, em um auditório da Sudeco, eles se fizeram ouvir.

Os problemas dos índios situam-se em uma sucessão de acontecimentos que a direção da Funai até quinta-feira última, reiterava não constituir uma crise, apesar de já ter resultado no pedido de demissão do órgão por 13 indigenistas, em protesto contra a demissão de outros quatro e o que classificam como uma política antiindigenista. Na origem dessa sucessão de acontecimentos está o rompimento de relações dos Xavante com a Funai, ironicamente registrado no "Dia de Rondón", lembrado como patrono dos indigenistas, a 5 de maio. Inicialmente, os Xavante, pleiteavam apenas a demarcação de uma área de seu território ocupada por fazendeiros com base em Certidões Negativas, expedidas pela própria Funai, fora dos limites de Pimentel Barbosa, por obra e graça de funcionários incumbidos da demarcação dessa reserva. No dia 5 de maio, 31 caciques Xavantes deixaram a Funai com as gravações feitas por várias deles registrando, na reunião com Nobre da Veiga, em seu gabinete vedado à imprensa, as palavras do presidente do órgão tutor, admitindo ter chamado a polícia, "para manter a ordem". Diplomatas, como são classificados por indigenistas, os



Mário Juruna denunciou tentativa de suborno dos índios pela Funai

Xavantes voltariam a Brasília, como anteciparam, no último dia 9, Warodi, o cacique de Pimentel Barbosa, a frente de uma delegação de 10 membros, e Mário Juruna, procedente de Campo Grande, MS, onde propusera na véspera, no último dos três dias da reunião que resultou na criação da Unind, a solicitação ao governo federal do afastamento dos dirigentes da Funai.

### APURINÁ DENUNCIA SUBORNO

Em Brasília, Mário Juruna ouviu do chefe Apurinã, do município de Boca do Acre - AM, que fora ameaçado de prisão pelo presidente da Funai. Manoel Apurinã solicitava à presidência da Funai a demarcação de uma área que inclui castanhal, seringueira e um cemitério de seu povo e sua inclusão na reserva onde ele sobrevive. A área, situa-se em termos de terra dos índios entre as de maior tensão de todo o País. Tem aproximadamente, 60 famílias de colonos como ocupantes. A tensão é tamanha que o Exército nela já interviu, através do 4º Batalhão de Fronteiras. Três dias depois que os colonos aceitaram ser transferidos e reassentados em outra área, com fazendeiros e políticos ocuparam a sede do Inera em Boca do Acre, em sinal de que tinham voltado atrás na decisão. Manoel Apurinã retornou para sua aldeia semana passada, mas deixou, além de Mário Juruna e a Unind cientes

de sua denúncia contra o presidente da Funai, uma carta, datada de 5 de junho, na qual afirma, entre outras novas denúncias, a de que o presidente da Funai "oferece dinheiro para nós não pedir nossa terra".

O cacique Xavante chegou à indignação diante das afirmações feitas através da televisão pelo diretor do DGPC, quinta-feira última, não reconhecendo a Unind, acusando a presença de comunistas por trás dos Xavante, e, ainda, segundo o chefe indígena, na entrevista e junto a Warodi e outros caciques de Pimentel Barbosa, nos corredores da Funai, "dizendo que eu não sou chefe de comunidade".

Ontem, à indignação de Mário Juruna e de outros Xavantes que estão em Brasília, entre eles um dos mais idosos membros do Conselho Tribal, José Tsorôpre, que revela ter 69 anos, juntaram-se as denúncias dos outros índios, moradores em Brasília ou em trânsito.

Em seu gabinete, o diretor do DGPC ouviu os índios afirmarem a liderança de Mário Juruna e sua união em torno da Unind. Reconheceu a ambas e foi criticado ao afirmar que "agora, que todos vocês estão afirmando, eu reconheço a Unind, o problema é que vocês não tinham comunicado sua criação através de ofício". E teve de argumentar muito para não ser levado pelos índios até a rua, "pra gente mostrar que ele deve sair da Funai", segundo um

dos partidários da idéia. Mais pelo fato de outros tantos índios verem prevalecer sua proposta de aguardarem todos uma audiência com o presidente da Funai, prometida para a tarde, afinal conseguiu reunir-se com os representantes indígenas em um auditório no oitavo andar do prédio.

### NÃO VOLTAM PARA CASA

Constituído pelo diretor do DGPC a 23 de maio último, um grupo de trabalho da Funai, integrado por 4 dos 15 índios-estudantes moradores em Brasília, apresentou ontem seu relatório sobre o problema gerado a partir da decisão da Funai de que teriam que "retornar para perto de suas aldeias e lá continuarem os estudos", recentemente a eles anunciada pelo coronel Ivan Zanoni. O GT, que além dos quatro índios-estudantes foi formado por duas funcionárias da Funai, a educadora Lydia Gomes Dias Pinheiro e a antropóloga Jane Felipe Beltrão, propôs a permanência dos índios-estudantes em Brasília, após o esclarecimento de que a Casa do Ceará deseja que eles deixem os dois quartos em que se abrigam apenas temporariamente. Essa transferência temporária, até dezembro, se deve, segundo o GT ouviu da direção da Casa do Ceará, à necessidade de melhorar as condições dos índios em trânsito e tentar evitar as reclamações sobre o abrigo mantido no local

pela Funai, principalmente devido ao perigo de contaminação. A maioria dos índios em trânsito é encaminhado à Brasília para tratamento de saúde, ficando precariamente abrigado nos dois quartos a si destinados, por ser sempre em número superior à capacidade desses quartos.

Durante a reunião, a discussão entre os índios e o diretor do DGPC continuou, sobretudo, depois que este, após ler o relatório, perguntou se caberia à Funai arcar com as despesas da permanência dos índios-estudantes em Brasília e se "isso está no Estatuto do Índio". O parecer técnico do relatório aponta como ilegal a disposição de fazer os índios retornarem a seus locais de origem, enumerando ainda uma série de inconvenientes que o fato acarretaria, afora o aspecto de não trazer nenhuma vantagem.

Ao final da tarde, na sede da Funai, ultrapassava a 10, o número de assinaturas de funcionários em uma carta a ser encaminhada ao ministro Mário Andreazza, do Interior, contendo denúncias contra o presidente do órgão. Não distribuída à imprensa, a carta, segundo se informava, reafirma denúncias já feitas por indigenistas afastados da Funai nos últimos dias e a elas acrescenta novos fatos. Segundo se informou, os indigenistas que assinam a carta, colocam-se à disposição do Ministro para a comprovação das denúncias que fazem.

## Carta nega conflito

Em carta à Associação Brasileira de Antropologia, o presidente da Funai, João Carlos Nobre da Veiga, nega que esteja havendo um conflito entre antropólogos e o órgão, que levou a entidade a manifestar sua "apreensão e perplexidade", em carta a ele endereçada semana passada. Eis, na íntegra, a resposta do presidente da Funai:

"Com referência à carta dessa Associação, datada de 2 de junho último, cumpre-me esclarecer-lhes o seguinte:

1. Não há qualquer conflito entre antropólogos e a FUNAI;
2. Não há qualquer risco de esvaziamento do órgão oficial encarregado da questão indigenista;

3. Não há nenhuma ruptura na prática indigenista e, sim, uma adaptação dinâmica às novas realidades brasileiras, dentro de uma visão pragmática;
4. Não foram sumárias as demissões nem os remanejamentos de funcionários, foram, sim, precedidos de minucioso estudo;
5. A FUNAI, como grande empregadora de antropólogos, procura ajustar os objetivos pessoais de sua força de trabalho aos seus objetivos institucionais;
6. Não há nenhuma mudança na Política Indigenista, consubstanciada no Estatuto do Índio; o que existe é um delineamento estratégico flexível diante dos óbices enfrentados, pela ação da

FUNAI;

7. A FUNAI não impede pesquisas nas áreas indígenas; ela estabelece, obviamente, isto sim, prioridades para tais pesquisas;

8. A manipulação das atividades, não só de pesquisadores como de qualquer funcionário, é prerrogativa inalienável de qualquer órgão na preservação de seus interesses;

9. A FUNAI não cerceia o exercício da profissão de antropólogo, mas toma, sim, uma posição franca de cerceamento das más ações de maus funcionários, quaisquer que sejam suas qualificações;
10. A FUNAI não vê nenhuma ameaça aos direitos dos povos indígenas, de vez que esse direito está asse-

gurado na constituição e na legislação específica;

11. A FUNAI pretende suprir suas carências de mão-de-obra com funcionários que se ajustem a perfis profissionais, cujos traços fundamentais sejam, entre outros: assiduidade, pontualidade, probidade, lealdade funcional e disciplina intelectual;

12. Finalmente, a FUNAI registra com satisfação a carta de Vossas Senhorias, por configurar a abertura de um diálogo franco e direto da Associação Brasileira de Antropologia com o órgão tutelar do índio no Brasil. Sem mais, subscrevo-me, atenciosamente, JOÃO CARLOS NOBRE DA VEIGA, presidente.